

Democratização do acesso ao ensino superior e a permanência estudantil: o que vem sendo feito pelo psicólogo escolar?

Leonídia Aparecida Pereira da Silva
Virginia Teles Carneiro

RESUMO

O presente artigo objetiva identificar e analisar a atuação do psicólogo escolar na assistência estudantil universitária brasileira, considerando o contexto de expansão e de democratização do acesso ao ensino superior público e a promoção da permanência dos universitários beneficiados por políticas de ações afirmativas. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura em teses e dissertações publicadas no período de 2010 a 2019. Quatro trabalhos foram incluídos e outros 637 excluídos após análise. Os resultados foram divididos em uma categoria temática principal e em duas subcategorias. A categoria principal foi denominada "O que vem sendo feito pelo psicólogo na assistência estudantil universitária brasileira" e as subcategorias têm como títulos: "Ações em psicologia clínica" e "Ações em psicologia escolar e educacional". Destaca-se a baixa quantidade de estudos que focalizaram este tema e a prevalência de práticas voltadas para a psicologia clínica e a psicologia escolar e educacional focando sobretudo nos estudantes, de modo a isentar outros atores sociais envolvidos. A partir de tais resultados, defende-se que o profissional de psicologia que atua na assistência estudantil universitária brasileira, contemple abordagens não apenas individuais aos estudantes, mas também coletivas, entre elas, grupos de apoio, ações em âmbitos institucionais e políticos.

Palavras-chave: psicologia escolar e educacional; educação superior; ações afirmativas; estudantes universitários

ABSTRACT

Democratization of access to higher education and student retention: what has been done by school psychologists?

This present article aims to identify and analyze the role of school psychologists in providing assistance to Brazilian university students. This study takes into account the current context of expanding access to public higher education and the promotion of student retention through affirmative action policies. To achieve this, a systematic review of the literature was conducted, specifically focusing theses and dissertations published between 2010 and 2019. Out of the numerous articles analysed, four were included in this study, while 637 others were excluded. The results of this review were categorized into a main thematic category, labeled as "What psychologists have been doing in Brazilian university student assistance" and two subcategories, namely "Actions in clinical psychology" and "Actions in school and educational psychology". Based on these findings, it is argued that school psychologists working in Brazilian university should adopt a broader approach that encompasses both individual and collective interventions. In addition to individual counseling, strategies such as support groups and political initiatives should be implemented to better support the diverse of university students.

Keywords: educational and school psychology; education higher; affirmative actions; students.

Sobre os Autores

L.A.P.S.
orcid.org/0000-0002-0382-3315
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB) – João Pessoa, PB
leonidiapereira1@gmail.com

V.T.C.
orcid.org/0000-0003-1917-5727
Universidade Federal de Campina
Grande (UFCG) – Campina Grande, PB
virginiateles@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



Os desafios que marcam a trajetória do estudante universitário incluem o processo seletivo para ingresso na graduação, as mudanças causadas pela transição do ensino médio para o ensino superior, a permanência e a conclusão bem-sucedida na graduação (Coulon, 2008). No entanto, tais desafios se caracterizam por ser ainda maiores para Estudantes Universitários de Origem Popular (EUOPs), negros, pardos ou índios, uma vez que a ampliação do acesso desse público à educação superior por si só não garante as condições de permanência na universidade (Haas & Linhares, 2012; Santana et al., 2014).

Constam entre as estratégias que têm como pretensão ampliar as oportunidades educacionais no Brasil e diminuir a desigualdade, a criação, em 2003 do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI/Decreto nº 6.096,2007). Programa que tem ampliado o acesso à educação superior pública tanto no que se refere a expansões físicas (aumento do número de Instituições Federais de Ensino Superior - IFES), como também no aumento do número de vagas (Brasil, 2007).

Para o artigo em questão, duas ações decorrentes do REUNI são basilares. A primeira é o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/Decreto Nº 7.234, 2010) que tem como finalidade subsidiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em cursos de graduação presencial por meio de ações executadas pelas próprias IFES, inclusive em relação aos critérios de seleção. Tais ações contemplam assistência à moradia, alimentação, transporte, apoio psicopedagógico, inclusão digital, saúde, creche, esporte e cultura (Brasil, 2010).

A segunda é a Lei de Cotas nº 12.711 de 2012 que institui a reserva de 50% das vagas disponíveis nas IFES para estudantes que cursaram inteiramente o ensino médio em escola pública, membros de família de baixa renda com distribuição proporcional das vagas entre pretos, indígenas e pardos e pessoas com deficiência, em conformidade com a proporção destes grupos no estado da Federação no qual está instalada a instituição e de acordo com o último censo do IBGE (Brasil, 2022).

No entanto, chama-se a atenção para o fato de que após a implantação do REUNI, o ensino superior público passou por mudanças estruturais que não foram acompanhadas, de forma suficiente, por mudanças pedagógicas, psicoeducacionais e psicossociais que possibilitassem melhores condições de permanência aos estudantes (Haas & Linhares, 2012; Santana et al., 2014).

Relacionado a isto, Santana et al. (2014) destacam que as condições econômicas do discente influenciam na evasão e permanência na universidade. Além disso, o contentamento do estudante em suas vivências universitárias poderá ser dificultado em detrimento da falta de recursos individuais, repertório escolar básico deficiente, ausência de um projeto profissional definido e falta de suporte da instituição (Igue et

al., 2008).

Nesse sentido, acredita-se que não há como incluir efetivamente os estudantes de origem popular, sem oferecer a devida assistência. Defende-se, portanto, que a permanência desse público na educação superior depende não apenas do acesso a bolsas, alimentação, moradia e transporte, por exemplo, mas também do acesso a apoio psicológico e psicopedagógico, de modo a considerar como basilar em conformidade com Santana et al. (2014), as dimensões: pessoal, interpessoal, acadêmica, institucional e de carreira.

Considera-se que este contexto de expansão e de democratização da educação superior, evidencia a relevância da atuação do psicólogo escolar na assistência estudantil universitária brasileira. Para Marinho-Araújo e Oliveira (2011), o psicólogo escolar que atua no ensino superior, orientará a sua prática a partir da promoção do desenvolvimento dos estudantes e dos profissionais da educação. Para tanto, e em conformidade com as autoras, é imprescindível que o psicólogo adentre no ambiente universitário e compreenda o momento sócio-histórico vigente e os impactos das políticas afirmativas na sociabilidade e na afetividade presentes neste espaço.

Em face do que foi exposto, enfatiza-se que o objetivo desse estudo é identificar e analisar a atuação dos psicólogos escolares nas universidades públicas brasileiras, de modo a considerar o contexto de expansão e de democratização do acesso ao Ensino Superior e a promoção da permanência dos estudantes beneficiados por políticas de ações afirmativas. A importância do tema desvenda o papel da universidade pública brasileira e do psicólogo que atua no ensino superior e a sua responsabilidade frente ao contexto de exclusão, desigualdade social e econômica que permeiam as condições de permanência estudantil universitária.

MÉTODO

Foi realizada uma revisão sistematizada da literatura no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes na qual foi empregada a combinação dos descritores avaliados como sendo mais representativos dentro do tema pretendido: “psicólogo” AND “assistência estudantil”. Para tanto, a seleção dos trabalhos contou com a utilização da recomendação PRISMA (Principais Itens Para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises), a qual consiste em um checklist com 27 itens que recomendam critérios para serem adotados no relato de revisão sistemática. O PRISMA também aconselha o uso de um fluxograma de quatro etapas, conforme consta na Figura 1 deste artigo, cujo desígnio é retratar o percurso metodológico de seleção dos estudos e conseqüentemente, as diferentes fases seguidas na revisão sistemática (Moher et al., 2015).

Destaca-se que ao serem realizadas buscas em outras

bases de dados: Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PeP-SIC), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no portal da Literatura Científica e Técnica da América Latina e do Caribe (LILACS) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO) não foi encontrado nenhum artigo que relacionasse o tema almejado. Enfatiza-se também que mesmo utilizando outros buscadores (“psicologia AND “assistência estudantil” e “psicólogo” AND “ações afirmativas”) não foi encontrado nenhum resultado. Indicando a escassa produção científica referente à temática citada.

Devido a isso se optou por sistematizar apenas as dissertações e teses encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para tanto, estabeleceu-se a realização do levantamento da produção científica em três momentos: 1) construção do corpus; 2) sistematização dos estudos selecionados; 3) análise do material.

Construção do corpus

Inicialmente foram encontrados 2342 resultados. Ao empregar o filtro da Grande Área do Conhecimento como sendo Ciências Humanas I (889) e II (774), os resultados caíram para 1663 trabalhos. Valendo destacar que esses filtros citados foram selecionados, visto que além de apresentarem uma quantidade mais significativa de estudos ao serem aplicados, apresentavam resultados que contemplavam a relação entre o tema e os critérios estabelecidos. Em contrapartida, as demais opções de filtro referentes à grande área do conhecimento ao serem aplicados individualmente não apresentavam resultados satisfatórios.

Feito isto, empregou-se o filtro da Área do Conhecimento como sendo Psicologia I (589) e II (377) e Tratamento e Prevenção Psicológica (65), os resultados caíram para 1031 trabalhos. Valendo destacar que esses filtros citados foram escolhidos por apresentarem resultados que relacionavam os temas que são objeto de estudo da pesquisa em questão, fato que não ocorreu com as demais opções de filtro referentes à área do conhecimento.

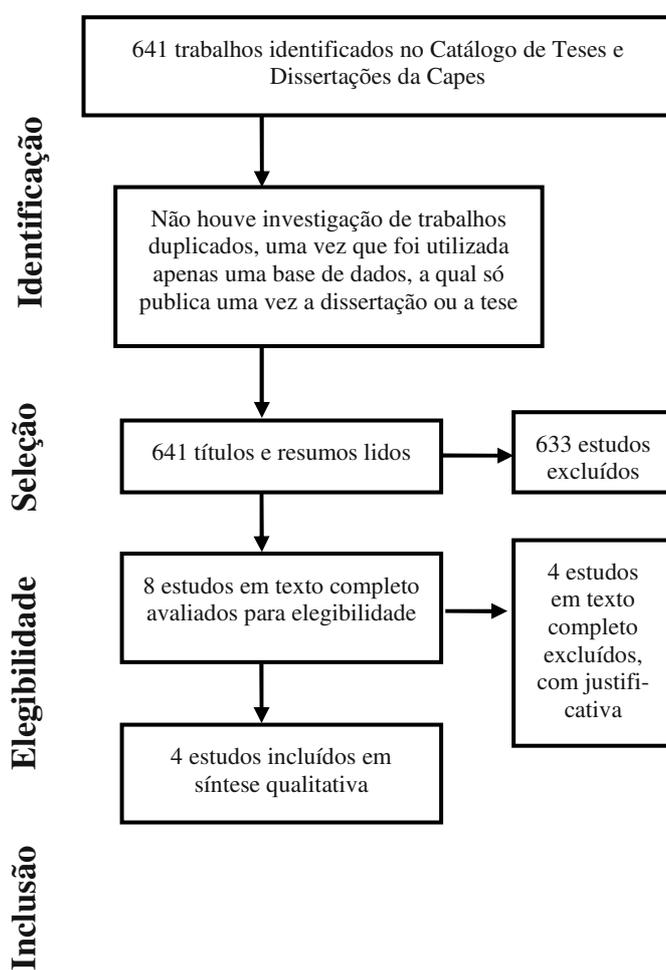
Sequencialmente, aplicaram-se os critérios de inclusão, a saber, o período investigado foi de janeiro de 2010 a dezembro de 2019, em decorrência do ano de instituição do PNAES ter ocorrido em 2010, o do Reuni em 2007 e a Lei de Cotas em 2012. Foram incluídos: a) trabalhos realizados com população brasileira e b) trabalhos de descrição e/ou análise de práticas da psicologia na assistência estudantil universitária da rede pública. Os resultados caíram para 641 trabalhos distribuídos da seguinte forma: 2010 (55); 2011 (55); 2012 (60); 2013 (61); 2014 (57); 2015 (58); 2016 (75); 2017 (81); 2018 (86) e 2019 (53).

Foram excluídos estudos: a) que não se referiam à atuação do psicólogo na assistência estudantil do ensino superior público; b) que não relacionavam a prática psicológica com as ações afirmativas; c) que tratavam de Instituições de Ensino Superior privadas; e d) trabalhos realizados e/ou com foco

no ensino médio técnico em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Após isto, os textos em sua versão na íntegra foram recuperados e submetidos a uma nova seleção com a aplicação dos mesmos critérios de exclusão. A seleção e a análise das publicações foram realizadas por dois juízes durante o mesmo intervalo de tempo e de maneira independente para avaliar a adequada seleção dos artigos (Costa & Zoltowski, 2014). Os desacordos da aplicação dos critérios foram deliberados por concordância e leitura completa do material.

Figura 1. Descrição do percurso metodológico de seleção dos estudos de acordo com as recomendações do protocolo PRISMA



Sistematização dos estudos selecionados

Para a exploração do corpus, os trabalhos selecionados foram agrupados de acordo com a identificação das demandas e ações desenvolvidas pelos psicólogos na assistência estudantil das universidades públicas brasileiras, por compreender que o conteúdo desses resultados encontrados na

literatura investigada contém informações relevantes sobre o objeto de estudo desta revisão. Especificamente guiou-se pela elaboração de uma categoria temática e de duas subcategorias. A categoria principal foi denominada de “O que vem sendo feito pelo psicólogo na assistência estudantil universitária brasileira” e as subcategorias, tem como títulos: “Ações em psicologia clínica” e “Ações em psicologia escolar e educacional” por terem sido as práticas predominantes. Por meio do corpus identificado, foi feita uma descrição geral das categorias elaboradas, buscando analisá-las minuciosamente a partir da literatura com o intuito de responder ao objetivo proposto neste estudo.

RESULTADOS

A análise dos quatro trabalhos selecionados (A, B, C e D) possibilitou alcançar um panorama do que vem sendo feito pelos psicólogos que atuam na assistência estudantil das universidades públicas brasileiras a partir de quatro dissertações de mestrado identificadas. A esquematização com o(a) autor(a), ano de publicação, objetivos, desenho e amostra de cada um dos trabalhos consta na Tabela 1.

Tabela 1. Trabalhos incluídos na revisão de periódicos da Capes sobre a atuação da psicologia na assistência estudantil universitária no período de 2010 a 2019

Autoria/ano	Objetivos, desenho e amostra
Gebrim (2014)	Compreender as demandas da assistência estudantil para o Serviço de Psicologia ao Estudante (SEAPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) ao longo de sua história (1976-2013) e a atuação do psicólogo no contexto pós implementação do REUNI e da Lei de Cotas; Pesquisa em documentos históricos e entrevistas semiestruturadas e livres com 12 psicólogos que desempenharam sua função no SEAPS.
Moura (2015)	Analisar a prática do psicólogo escolar na educação superior, considerando o contexto do REUNI e a postura profissional adotada por ele diante do fracasso escolar; Entrevistas semiestruturadas com 13 profissionais de psicologia.
Oliveira (2016)	Identificar e analisar as práticas desempenhadas por psicólogos na assistência estudantil de universidades públicas federais mineiras; Questionário realizado com 19 profissionais de psicologia.

Autoria/ano	Objetivos, desenho e amostra
Oliveira (2019)	Compreender a atuação do psicólogo no atendimento à queixa escolar do ensino superior na Universidade Federal do Piauí (UFPI), considerando a promoção da democratização do acesso e a permanência estudantil; Questionário e entrevistas semiestruturadas com 9 psicólogos.

3.1 o que vem sendo feito pelo psicólogo na assistência estudantil universitária brasileira

Nesta categoria temática são descritas as demandas e ações desenvolvidas por psicólogos na assistência estudantil das universidades públicas brasileiras que foram identificadas nos quatro estudos que são objeto de análise do trabalho em questão.

No que se refere ao estudo de autoria de Gebrim (2014), identificou-se que durante o período de 1976 a 2013 ainda que existissem perspectivas distintas, as atividades mais habituais desempenhadas no serviço de psicologia ao estudante (SEAPS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) foram na área clínica e na escolar e educacional.

No referido estudo, foram consideradas como área clínica, atividades de psicoterapia individual ou em grupos, atividades de estágio e grupos de estudos direcionados à psicologia clínica. Já atividades direcionadas à orientação a professores e coordenadores de curso, palestras educacionais com foco na orientação e integração dos discentes, projetos de pesquisa para tratar das reprovações, inclusão dos estudantes, evasão e jubileamentos, bem como aquelas que tinham em vista a redução do fracasso acadêmico, foram apreciados como constitutivos da área escolar e educacional. No entanto, a prática prevalente foi a clínica (Gebrim, 2014).

Já no que diz respeito ao estudo realizado por Moura (2015), identificou-se que a maior parte dos psicólogos entrevistados está lotada em departamentos com foco no público estudantil (assistência estudantil, assuntos estudantis e apoio ao estudante), correspondendo a 76,9% do total. A maioria (61,52%), descreveu que o desígnio do trabalho tem relação direta com a permanência dos estudantes na graduação e com a redução das taxas de evasão.

Para alcançar os objetivos de trabalho, os entrevistados do estudo de Moura (2015), descreveram que em 92,28% das vezes realizam atendimento individualizado, cujas características se aproximam das práticas de aconselhamento, orientação e/ou psicoterapia breve. Somente 7,69% atuam junto a professores, oferecendo orientação sobre os alunos. Uma parcela ínfima mencionou trabalhar com grupos por meio de projetos e oficinas que abordam o processo de ensino e

aprendizagem.

Esta pesquisa realizada por Moura (2015), também evidenciou que existem índices de evasão e reprovação que devem ser diminuídos e é designado à psicologia atender o estudante, isentando outros atores sociais envolvidos. Um dos psicólogos descreveu que atua de duas formas: a partir da procura dos estudantes pelo atendimento ou de encaminhamentos feitos por professores e/ou servidores que identifiquem questões acadêmicas ou comportamentais dos discentes.

No tocante ao estudo de autoria de Oliveira (2016), foram identificadas modalidades de atuação pautadas em atividades individuais: orientação, psicoterapia, plantão psicológico e orientação profissional. Outras ações apontadas foram: acolhimento, acompanhamento psicopedagógico e intervenção em psicologia escolar e educacional (PEE). No entanto, destaca-se que 78% das vezes é realizada orientação psicológica, em 67% dos casos ocorre o plantão psicológico e a psicoterapia individual em 56% das demandas, sendo as mesmas realizadas em todas as equipes.

Merece destaque no estudo de Oliveira (2016), a multiplicidade de profissionais de diversas áreas que compõem as equipes ao lado do psicólogo a depender dos objetivos de trabalho podendo ter assistentes sociais e pedagogos, por exemplo. Uma das equipes é formada por professores, diretor de ensino e coordenadores de curso. Em relação ao desenvolvimento do trabalho em equipe, verificou-se que acontece a partir da discussão de casos ou demandas e encaminhamentos, bem como do planejamento, preparação e promoção de ações ou projetos; equipes estas que buscam respaldo em reuniões semanais.

Já no que concerne ao estudo de autoria de Oliveira (2019), evidenciou-se que os psicólogos da Universidade Federal do Piauí (UFPI) atuam em serviços vinculados à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Assuntos Comunitários (PRAEC) que é responsável por operacionalizar a política de assistência estudantil. O público-alvo da atuação do psicólogo são os estudantes e todos os profissionais lotados na PRAEC devem compor equipe multiprofissional.

Os resultados encontrados por Oliveira (2019), também demonstraram que as ações desempenhadas pelo psicólogo contemplam uma variedade de áreas e demandas, sendo elas: inclusão e suicídio (1 psicólogo), residência universitária (1 psicólogo), criação do Núcleo de Acessibilidade (NAU) e do Núcleo de Assistência Estudantil (NAEs) voltados para políticas educacionais (1 psicólogo), gestão dos serviços (4 psicólogos), prevenção e promoção da saúde mental (3 psicólogos), mediação de conflitos (2 psicólogos), lazer (1 psicólogo), sucesso acadêmico (1 psicólogo), elaboração de eventos, resiliência consciência negra e preconceitos (1 psicólogo). Além disso, averiguou-se que os psicólogos adotam práticas com foco no universitário (55,55%) e em ações coletivas e institucionais (44,44%) envolvendo os demais atores

envolvidos.

Vale destacar que Oliveira (2019) identificou que 100% dos psicólogos recebem queixas de ansiedade, 88,88% acolhem demandas de transtorno de humor/depressão, 77,77% atendem casos que envolvem pensamentos suicidas, ideação suicida e tentativas de suicídio e 55,55% intervêm em casos em que há dificuldade para permanecer na universidade devido às condições socioeconômicas.

3.1.1 Ações em psicologia clínica

No tocante ao estudo de Gebrim (2014), destaca-se que considerando o recorte temporal da revisão sistemática se pautar pela criação do REUNI em 2003 e a sua instituição em 2007, pela Lei de Cotas sancionada em 2012 e pelo PNAES instituído em 2010, os anos anteriores a essas políticas públicas educacionais que foram avaliados no referido trabalho não foram foco de análise. No entanto, destaca-se que a atuação pregressa pode ter influenciado as atuações futuras, pois nos períodos de 1983-1988, 1989-1994 e de 1995-2000, as principais práticas foram em psicologia clínica.

Especificamente no período de 2001 a 2006, Gebrim (2014), verificou que as principais práticas clínicas foram: psicoterapia breve, estágio supervisionado em psicologia clínica e orientação em saúde mental. Já no período de 2007 a 2013, a autora ressalta que as práticas clínica e de promoção à saúde dividiram espaço com projetos interdisciplinares cuja finalidade era agenciar a formação ampliada (ética, cultural, cidadã) dos universitários, além de prevenir o fracasso escolar (projeto Renovar). Nesse espaço de tempo inicia-se também o engajamento dos profissionais no movimento político que trata dos temas de assistência estudantil no Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em particular, relativo às políticas de saúde. Entretanto, apesar de ter sido reduzida, permaneceu a prevalência da área de atuação clínica.

Cabe pontuar que esse movimento de participação dos psicólogos no FONAPRACE representa um avanço, pois relaciona-se com a importância do envolvimento do profissional de psicologia com questões políticas e educacionais do ensino superior. Esses conhecimentos auxiliam o profissional na oferta do suporte psicológico que contemple as especificidades da educação superior e das condições para o ingresso e permanência do estudante.

Já no que concerne ao estudo de Moura (2015), observou-se que para dar conta da demanda de atendimentos, alguns profissionais relataram que realizam plantão psicológico, isto é, dedicam um horário específico para atender os discentes, indicando assim que primam pelo aspecto emocional, ou seja, o estudante vai até o psicólogo quando não está bem.

Outro dado importante do referido estudo se refere ao fato de que 30,76% dos psicólogos acreditam que os problemas com os quais se deparam em sua prática estão relacionados

a uma grande demanda de atendimentos para a psicologia, alegando ainda que a quantidade de psicólogos não é suficiente para o trabalho. Em relação a isso Moura (2015) reflete: considerando que em uma universidade com quatro mil estudantes, se mil precisarem de algum tipo de assistência, como um pequeno quantitativo de psicólogos conseguirá dar conta de tal demanda? Com essa problematização o autor não nega a importância da psicologia clínica, mas questiona a predominância desse modelo em um contexto educacional que demanda práticas voltadas especialmente para um público-alvo bastante amplo em termos quantitativos (estudantes e profissionais).

Moura (2015) pondera que mesmo que a maioria dos psicólogos atue de modo individualizado, semelhante à clínica, existe uma preocupação em modificar essa prática. No entanto, os profissionais entrevistados não sabem como e nem o que modificar. No tocante à vinculação que os psicólogos fazem com políticas de permanência como o REUNI, verificou-se de acordo com Moura (2015, p. 141) que a maior parte “relaciona com a contratação, abertura de concurso ou disponibilidade de recursos”, no entanto uma pequena parcela percebe afinidades com a prática que desenvolvem.

Já no estudo de Oliveira (2016), as ações incluem orientação individual em atendimentos com enfoque psicopedagógico ou psicológico (maior frequência), além da prática da orientação psicológica, cujas características são avaliadas pela autora como sendo similares com o plantão psicológico, a psicoterapia individual e o acolhimento. No tocante à psicoterapia breve, além de orientações que podem ocorrer durante as sessões, podem haver finalidades similares referentes à desajustes que influenciam na performance acadêmica, além de ser ofertado suporte emocional em ocasiões emergenciais ou de dificuldade de decisão, acontecendo em horário marcado e com número de sessões limitadas.

O plantão psicológico é a segunda modalidade individual mais desempenhada, se fazendo presente em todas as categorias de equipes. A psicoterapia individual também é uma modalidade bastante exercida pelos psicólogos participantes (56%), se fazendo presente em todas as equipes. A quantidade de sessões é oferecida pelo tempo que for necessário para trabalhar as questões e quando há a necessidade de um processo terapêutico mais longo são encaminhados para a rede pública ou privada (Oliveira, 2016).

Já com relação ao estudo de Oliveira (2019), ganha destaque o fato de que os fundamentos teóricos mais citados pelos psicólogos entrevistados foram teorias da psicologia clínica, sendo elas: a terapia cognitiva comportamental - TCC (66,66%), a análise do comportamento (11,11%), a psicologia analítica (11,11%) e a psicanálise (11,11%).

Oliveira (2019) constatou também que no contexto da UFPI, as ações em psicologia clínica compreendem o plantão psicológico, a psicoterapia breve e o aconselhamento psicológico. Práticas essas que resultam em encaminhamentos

para setores internos e externos à universidade. Ocorrendo em 88,88% das vezes atendimento individual, aconselhamento psicológico individual em 44,44% dos casos, encaminhamento em 33,33% das demandas, atendimento em grupo em 22,22% das queixas, supervisão de campo (22,22%) e orientação aos alunos, orientação psicopedagógica, grupos terapêuticos, aconselhamento psicológico em grupo, discussão de caso e psicoterapia breve ocorrendo cada um em 11,11% das vezes.

3.1.1.2 Ações em psicologia escolar e educacional

No estudo A de Gebrim (2014), considerando o recorte temporal da revisão sistemática se pautar pela criação do REUNI em 2003 e a sua instituição em 2007, bem como pela Lei de Cotas (2012) e pelo PNAES (2010), os anos anteriores analisados por Gebrim (2014) a essas políticas públicas não foram foco de análise. Assim, no período de 2001 a 2006, as principais práticas em PEE foram: recepção aos ingressantes, ações educativas e preventivas em saúde, palestras e workshops para desenvolvimento pessoal e profissional, orientação a coordenadores de curso.

Enfatiza-se que no referido período, as atividades clínicas e de promoção de saúde permaneceram, contudo, ocorreu a consolidação da área educacional, o que Gebrim (2014) cogita ter acontecido em razão da pós-graduação lato e strictu sensu realizada pelas psicólogas do setor, especialmente de duas que descobriram variáveis ambientais e curriculares como influência na reprovação e no jubramento. Dessas pesquisas derivaram dois projetos-chave: um voltado para a orientação aos coordenadores de curso (iniciado em 2003) e outro para a recuperação e prevenção do fracasso escolar e risco acadêmico (iniciado em 2010).

Já no estudo de Moura (2015), apesar de todos os entrevistados atuarem em um setor de assistência ao aluno/setor educacional, apenas 7,69% referem que deve ser feita uma avaliação da instituição referente a questões de ensino. O autor também constatou que 53,83% dos psicólogos entendem que o fracasso escolar no ensino superior é resultado de um ensino básico insuficiente. E, como os discentes têm uma deficiência no processo de ensino e aprendizagem, o alto índice de cobrança e a dificuldade nas disciplinas se torna um grande problema, é o que revelam 38,45% dos profissionais ao atribuir esse fator como causa do fracasso.

Destaca-se que quando questionados sobre a necessidade de modificar a atuação profissional, 92,28% dos psicólogos dizem que é necessário mudar. No entanto, ao serem perguntados sobre o que exatamente era preciso mudar, os entrevistados responderam de maneiras distintas: 23,07% acreditam que é preciso implicar-se mais com a instituição como um todo, 23,07% entendem que é necessário adotar ações voltadas para grupos e oficinas e 15,38% expõem que é indispensável estabelecer mais diálogo com as coordenações

de curso e com o corpo docente.

No que diz respeito ao estudo de Oliveira (2016), verificou-se atendimentos na modalidade de orientação psicopedagógica, voltada para a reflexão estudantil sobre sua adaptação à universidade e sobre a reformulação das suas metodologias de estudo, objetivando assim prestar suporte para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Inicialmente é realizado um atendimento individual com o estudante e, caso precise, são feitas orientações a professores e coordenadores sobre formas de abranger e favorecer o processo de aprendizagem de universitários que estejam vivenciando dificuldades emocionais e educacionais. Também realiza um planejamento educacional junto ao aluno e ao docente quando necessário.

Outra prática identificada na pesquisa de Oliveira (2016), se refere a ações realizadas por um psicólogo que integra uma equipe psicossocial. Ele realiza, uma vez por mês, orientação psicopedagógica individual ou em dupla, com a finalidade de refletir sobre o dia a dia pessoal e sobre as demandas acadêmicas. Valendo ressaltar que a intervenção é realizada exclusivamente com o estudante, isentando o docente e outros atores sociais envolvidos, incumbindo somente ao aluno a responsabilidade pelo aprendizado.

Oliveira (2016) constatou também a orientação profissional com foco individual, a qual é desempenhada somente por dois psicólogos e é concebida como sessões individuais para orientação com relação às escolhas profissionais, planos para o futuro e dificuldades de adaptação. Busca também diminuir a sensação de ansiedade diante de escolhas equivocadas trabalhando o projeto profissional do aluno e a possibilidade de mudança de curso.

Concernente ao estudo de Oliveira (2019), por sua vez, foram identificadas atuações em PEE (somente um dos participantes não as identificou em sua prática). Também foram identificadas queixas escolares na UFPI relacionadas a Fatores Institucionais e Individuais. Os principais Fatores Institucionais contemplaram: a dificuldade de a gestão considerar a educação e a evasão em sua amplitude e não somente a partir do viés psicológico/individual; adaptação de material para alunos com deficiência; bolsas voltadas para a permanência dos estudantes; baixo Índice de Rendimento Acadêmico (IRA); orientação profissional; assédio moral; discriminação e cyberbullying entre universitários (Oliveira, 2019).

Já os Fatores Individuais principais se caracterizaram pela: deficiência na organização dos estudos; ansiedade relacionada à performance acadêmica; ansiedade para apresentar trabalhos ou realizar provas; desapontamento ou conflito com o curso; dificuldades com disciplinas/reprovando; deficiência no desenvolvimento de habilidades durante o ensino médio; dificuldades com os métodos de ensino dos docentes; falta de recursos financeiros para se manter no curso e dificuldade na relação professor-aluno (Oliveira, 2019).

DISCUSSÃO

Inicialmente é importante destacar que os quatro estudos confirmam a importância de pesquisas de caráter qualitativo que deem conta de uma apreensão mais ampla, e vivencial, do ensino superior conforme defende Sampaio (2010). A autora acredita que dessa maneira é favorecido o alcance das ideias que necessitam ressoar e ser ouvidas para que as políticas pensadas para a universidade considerem a diversidade que ela abrange, sem excluir discursos.

Considerar este aspecto torna-se relevante, em especial, devido à realização de pesquisas que buscaram compreender quais tem sido as práticas e as demandas com as quais o psicólogo escolar convive no ensino superior, a partir da própria realidade desses profissionais, ou seja, buscando ouvi-los. Possibilitando assim, entender a partir das experiências profissionais destes psicólogos, o que vem sendo feito por eles e conjecturar as limitações da prática, mudanças necessárias e novas possibilidades de atuação.

Outro aspecto que precisa ser destacado diz respeito ao fato de que esta revisão revela a inserção profissional relativamente recente do psicólogo escolar na educação superior, cujo expoente se encontra de acordo com Oliveira (2016), na articulação dos serviços de assistência estudantil que podem ser encontrados tanto em Instituição de Ensino Superior (IES) públicas quanto nas privadas. Corroborando com a literatura da área, esta revisão evidenciou também que nesses serviços a atenção psicológica apresenta diferentes configurações, a depender da forma como é organizada, gerida e desenvolvida em cada IES. Variando também no que concerne ao modelo de gestão do trabalho que é adotado, repercutindo em uma atuação de maneira isolada ou compondo uma equipe multiprofissional.

A literatura analisada também demarcou perspectivas caracterizadas por divisões entre emoção e cognição que se fazem presentes nas práticas dos psicólogos escolares, muitas vezes influenciadas por uma visão subjetivista ou individualista que sustenta as práticas clínicas, demandando uma maior atenção e esforço com vistas a uma postura mais dialética e social. Verificou-se assim, uma atuação focada, nomeadamente, em atividades junto ao estudante, demonstrando a carência de ações no âmbito institucional que envolvam a comunidade universitária de forma ampla, participativa e coerente com o contexto universitário. A superação dessa perspectiva individualizante é defendida na literatura (Marinho-Araújo & Oliveira, 2011; Martínez, 2007; Sampaio, 2010; Santana et al., 2014; Santos et al., 2018).

Especificamente com relação à superação do modelo da clínica tradicional na psicologia escolar, defende-se em conjunto, a adoção de uma perspectiva de promoção da saúde. Sobre isto, Meira e Antunes (2003) problematizam que o modelo clínico de atuação do psicólogo escolar pode refletir uma psicologização e uma patologização dos problemas

educacionais, legitimando processos de culpabilização dos alunos com relação às dificuldades por eles vivenciadas. Além de gerar uma visão focalizada no tratamento dos problemas que se supõem serem dos alunos.

Ainda em conformidade com Meira e Antunes (2003), destaca-se que poucos autores, baseados em uma perspectiva crítica da psicologia escolar, se dedicaram a estudar sobre essa questão, tornando cada vez mais clara essa lacuna teórica, demandando assim, a realização de estudos e de reflexões teóricas que tenham como foco essa temática.

É importante refletir também que a atuação pautada somente em atendimento individual aos estudantes não consegue alcançar um número considerável de alunos, não só pela baixa quantidade de psicólogos nos serviços como também pela extensão em termos de quantidade de discentes, de cursos, de professores, coordenações de curso, queixas, entre outros.

No entanto, não se nega a importância das práticas clínicas individuais ou das ações com caráter mais individual. Se reconhece, por exemplo, que plantões psicológicos, psicoterapia breve, orientação psicológica, entre outras, são práticas importantes para atender às demandas dos estudantes, promovendo o cuidado e preservação da sua saúde mental, auxiliando assim em sua permanência no curso. Inclusive, pondera-se que diferentemente da psicoterapia que gera longas filas de espera e alcança um número menor de estudantes, o plantão psicológico, a psicoterapia breve e a orientação, por exemplo, permitem encaminhamentos mais hábeis e possibilitam o retorno dos estudantes com novas questões.

A psicoterapia breve e o plantão psicológico, devido à sua ação preventiva, podem impedir a instalação de um quadro patológico. Contudo, é preciso não se restringir apenas a este tipo de prática, ou seja, se faz necessário promover também, e em maior quantidade, ações com enfoque coletivo, de modo a contemplar as dimensões institucional, educacional, de ensino-aprendizagem e de políticas públicas.

Nesse sentido, é preciso pensar em maneiras de se trabalhar as demandas que chegam até o psicólogo partindo de perspectivas coletivas e interdisciplinares, exigindo uma visão mais ampla perante o processo educativo e o público estudantil. Compreendendo as demandas surgidas como integrantes de um processo complexo que envolve fatores educacionais, sociais, políticos, subjetivos e intersubjetivos (Sampaio, 2010).

No que diz respeito às potencialidades encontradas nesta revisão da literatura, ressalta-se a importância da constatação da existência de equipes multidisciplinares das quais o psicólogo faz parte na assistência estudantil. Tal realidade foi percebida de maneira mais significativa no estudo de Oliveira (2016), onde foi evidenciada a atuação do psicólogo em equipes de amplitude maior, ainda que realizando ações voltadas, sobretudo, para o indivíduo. Quanto a isto, se ressal-

ta o ponto de vista defendido por Sampaio (2010) sobre a necessidade de abrir as práticas psicológicas no ensino superior para uma interlocução com outros campos de saber para que se faça uma compreensão mais ampla do universo com o qual está se propondo a trabalhar.

Merecendo atenção também, os limites identificados nas práticas desenvolvidas pelos psicólogos que participaram dos quatro estudos analisados nesta revisão. Verificando-se também uma falta de compreensão das possibilidades de atuação. Os resultados apresentados, por exemplo, no estudo de Moura (2015), demonstram que a PEE no ensino superior ainda não dispõe de embasamentos teóricos e práticas que a solidifiquem. Além disso, apreendeu-se que as políticas educacionais voltadas para a permanência, a exemplo do REUNI, não são ponderadas como norteadoras da atuação dos psicólogos entrevistados.

Em conformidade com Sampaio (2010), conjectura-se que as dificuldades encontradas na atuação dos psicólogos escolares na educação superior, podem ter forte relação com a falta de modelos claros para a atuação profissional nessa área. No entanto, esta autora defende que esta realidade pode representar uma oportunidade para investigar quais são as demandas, de modo a respeitar as particularidades de cada instituição, possibilitando assim, pensar em práticas que consigam ser adequadas e eficientes.

Nesse sentido, Sampaio (2010) também argumenta que é preciso ouvir mais e considerar que talvez um dos caminhos seria perguntar aos estudantes sobre o que eles necessitam para desenvolver de forma bem-sucedida a vida estudantil e pessoal. A partir disso, poderiam ser descobertas novas formas e entendimentos de atenção integral à saúde e ao desenvolvimento dos universitários.

Cabe enfatizar que é de suma importância que a prática do psicólogo no ensino superior seja convergente com as especificidades desse contexto e com o escopo e a concretização das políticas afirmativas de inclusão. Diante disso, o psicólogo atuante na assistência estudantil universitária, precisa ter ciência sobre a legislação que rege a educação superior, sobretudo, sobre as que norteiam as políticas voltadas a permanência dos estudantes, considerando questões políticas e socioeconômicas (Sampaio, 2010).

Diante do exposto, salienta-se a importância da atuação do psicólogo no ensino superior no que se refere à promoção da adaptação do aluno à universidade e da universidade em relação ao aluno. Salienta-se ainda que segundo Martínez (2007), o desempenho do psicólogo escolar pode ocorrer de diversas maneiras: colaborando com a adaptação das políticas às condições da instituição, com a identificação e superação de entraves ao processo de modificação e com a elucidação e a implicação dos diversos atores em busca de melhoramentos no processo educativo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que tais ações atendem às demandas da educação superior na contemporaneidade e constituem uma ferramenta importante para a efetivação de ações voltadas para a promoção da permanência e da conclusão bem-sucedida dos estudantes em seus cursos.

Por fim, merece destaque a baixa quantidade de estudos que trataram de discutir a atuação do psicólogo na assistência estudantil universitária conforme resultados encontrados no estudo em questão. Sobre isto, a literatura aponta para a escassa existência de pesquisas e práticas de psicólogos que se debruçam sobre a área da educação superior, tal realidade se deve tanto a mudanças teóricas e práticas na história da psicologia escolar e educacional como também à sua própria inserção recente no contexto da educação superior (Oliveira, 2011; Sampaio, 2010; Santana et al., 2014; Santos et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a atuação do psicólogo no ensino superior, e em especial na assistência estudantil, ressalta-se a importância em adotar um compromisso social com a educação, com questões sociais e políticas públicas educacionais. Nesse sentido, é importante que o psicólogo contemple abordagens não apenas individuais aos estudantes, mas também coletivas (grupos de apoio, ações em âmbitos institucionais e políticos, por exemplo).

Cabe aos profissionais psicólogos e demais profissionais atuantes na assistência estudantil universitária da educação superior, o desafio de debater, à exaustão, todos os tipos de ações afirmativas e suas repercussões em nível macro e micro, de modo que as minorias excluídas historicamente do processo educacional brasileiro passem a ter melhores condições de permanecer e concluir com sucesso o seu curso de graduação.

Por fim, propõe-se uma atuação do psicólogo que deve ir além do foco no desempenho acadêmico dos sujeitos, enfocando também as especificidades desse contexto educacional, as suas políticas, o seu processo educativo, os atores sociais envolvidos e o perfil do seu alunado.

REFERÊNCIAS

- Costa, A. B., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In S. H. Koller, M. C. P. de P. Couto & J. V. Hohendorff (Orgs.), *Manual de produção científica* (pp. 55-70). Penso.
- Coulon, A. (2008). *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. EDUFBA.
- Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (2007). Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm
- Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2022). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/notas/lei-de-cotas>
- Gebrim, L. B. (2014). *Psicologia escolar e educacional no ensino superior: demandas e desafios na história do serviço de atendimento ao estudante da Universidade Federal de Uberlândia* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17239>
- Haas, C. M., & Linhares, M. (2012). Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(235), 836-863. <https://doi.org/10.1590/S2176-66812012000400015>
- Igue, É. A., Bariani, I. C. D., & Milanesi, P. V. B. (2008). Vivência acadêmica e expectativas de universitários ingressantes e concluintes. *Psico-USF*, 13(2), 155-164. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712008000200003>
- Marinho-Araújo, C. M., & Oliveira, C. B. E. (2011). Psicologia escolar na educação superior – Construindo possibilidades diferenciadas de atuação. In R. S. L. Guzzo & C. M. Marinho-Araújo (Orgs.), *Psicologia escolar - identificando e superando barreiras*, 111-122. Alínea.
- Martínez, A. M. (2007). O psicólogo escolar e os processos de implantação de políticas públicas: Atuação e formação. In H. R. Campos (Org.), *Formação em psicologia escolar – Realidades e perspectivas*, 109-133. Alínea.
- Meira, M. E. M., & Antunes, M. A. M. (Orgs.). (2003). *Psicologia escolar: Teorias críticas*. Casa do Psicólogo.
- Moher, D., Liverati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação Prisma. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Moura, F. R. (2015). *A atuação do psicólogo escolar no Ensino Superior: Configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá]. Repositório Institucional da Universidade Estadual de Maringá. <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5692>

- Oliveira, C. B. E. (2011). *A atuação da psicologia escolar na educação superior: Proposta para os serviços de psicologia*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8804>
- Oliveira, A. B. (2016). *O psicólogo na assistência estudantil: Interfaces entre psicologia, saúde e educação* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia. <http://www.pgpsi.ip.ufu.br/node/454>
- Oliveira, F. M. de. (2019). *Psicologia escolar e educacional no ensino superior: Atuação do psicólogo no atendimento à queixa escolar da UFPI* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí]. Repositório Institucional da UFPI. <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/2136>
- Sampaio, S. M. R. (2010). A Psicologia na educação superior: Ausências e percalços. *Em Aberto*, 23(83), 95-105. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.23i83.2253>
- Santana, A. C, Pereira, A. B. M., & Rodrigues, L. G. (2014). Psicologia Escolar e educação superior: Possibilidades de atuação profissional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(2), 229-237. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182736>
- Santos, G. M. dos, Silva, L. A. P. da, Pereira, J. L., Lima, Â. G. X., & Assis Neto, F. L. de. (2018). Atuação e práticas na Psicologia Escolar no Brasil: Revisão sistemática em periódicos. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(3), 583-591. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018035565>

Data de submissão: 11/11/2020
Primeira decisão editorial: 20/09/2021
Aceite: 31/05/2022